

## DIPLOMACIA

# Lula vai ao Japão para ampliar comércio

Em visita de Estado, presidente será recebido pelo imperador Naruhito e chefiará negociações para aumentar exportações e importações entre os dois países

» VICTOR CORREIA

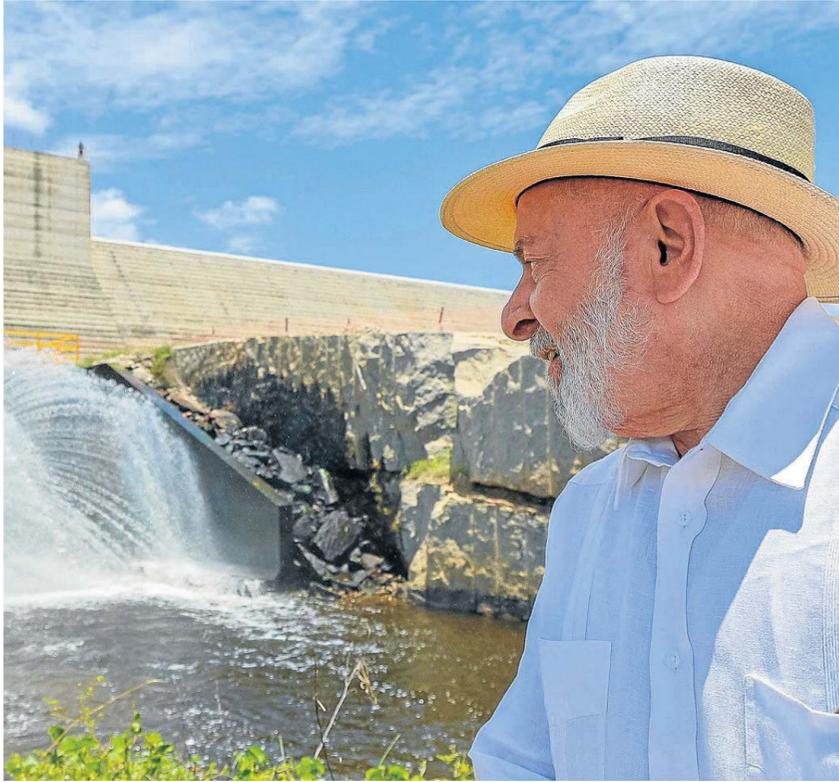
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou, ontem, para a sua primeira visita de Estado ao Japão, que vai de segunda a quinta-feira, em Tóquio — capital do país asiático. Diferente do que ocorre em outros países, a visita de Estado ao Japão é uma honraria rara e ocorre, no máximo, uma vez por ano. Ela inclui recepção no Palácio Imperial, onde vivem o imperador Naruhito e a imperatriz Masako, além da reunião com o primeiro-ministro Shigeru Ishiba.

A viagem é amplamente aguardada por autoridades dos dois países, e marca os 130 anos de relação diplomática. Vale destacar o histórico de imigração: são 2,7 milhões de japoneses e descendentes vivendo no Brasil, a maior comunidade fora do Japão; e 220 mil brasileiros moram no país asiático. Integrantes do governo japonês ouvidos pelo **Correio** destacam a proximidade entre os dois lugares, apesar da distância geográfica. Por exemplo, o Brasil é o único país que rotineiramente, a cada dez anos, recebe um membro da família imperial brasileira. No primeiro semestre de junho, a princesa Kako, filha do casal imperial, será recebida no país.

O governo japonês estima em 70 o total de acordos que serão assinados, seja entre órgãos públicos dos dois países, seja entre empresas privadas. Temas como o multilateralismo, mudanças climáticas, paz e estabilidade no mundo e promoção do comércio e investimento entre as nações são prioridade na agenda. Além disso, Lula espera destravar a venda de carne bovina brasileira para o Japão (**leia mais abaixo**).

“O objetivo da visita é dar impulso a setores prioritários, novos setores na relação. Acho que a gente tem como base essa boa relação, vínculos humanos, econômicos, mas a gente tem que avançar”, disse o secretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, ao detalhar a jornalista a visita de Estado. No âmbito comercial, Saboia destacou que o Japão é o parceiro “mais tradicional” do Brasil na Ásia, com fluxo comercial de US\$ 11 bilhões em 2024, superavaliado do lado brasileiro, mas que “já foi melhor” para o

Ricardo Stuckert/PR



Antes de embarcar, pela manhã, o presidente postou, nas redes sociais, homenagens ao Dia Mundial da Água

diplomata. Além disso, o Japão é a 9ª maior origem de investimentos externos no Brasil, com estoque de US\$ 35 bilhões em 2023.

O Brasil também quer avançar em um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o Japão. O tratado já foi considerado pelo governo japonês, mas ainda não houve discussões práticas. “Vamos ficar nessa conversa, ou vai ter negociação? O Mercosul concluiu a negociação com a União Europeia, com Singapura, então eu acho que há um ponto de interrogação. Com a visita do presidente (Lula), é um interesse avançar nessa área. Claro que não depende só do Brasil ou do Japão, temos os outros parceiros do Mercosul, que têm sido bastante favoráveis a essa possibilidade”, respondeu Saboia ao ser questionado sobre o tema.

Lula viaja ao país acompanhado de ministros e cerca de 500 empresários brasileiros, que vão participar de um fórum empresarial com executivos japoneses. A primeira-dama Janja da Silva embarcou antes, com a equipe

da Presidência enviada para preparar a agenda presidencial. Ontem, ela participou de um encontro com mulheres brasileiras que vivem no Japão e atendem vítimas de violência doméstica e de gênero no país.

## Expectativas

O governo brasileiro não divulgou a expectativa sobre o número de acordos que serão assinados, mas um integrante do governo do Japão, ouvido sob reserva, acredita que seja em torno de 70, incluindo acordos privados.

Há um interesse do país asiático em áreas, como transição energética, leilões para a geração de energia limpa e compra do biocombustível brasileiro. O Japão planeja elevar o seu consumo de combustíveis sustentáveis, com meta para que todos os carros fabricados a partir de 2030 sejam compatíveis com etanol, além de aumentar o uso do querosene sustentável da aviação (SAF). Até 2030, o objetivo é que 10% dos combustíveis

fósseis sejam trocados por alternativas sustentáveis.

No âmbito internacional, o Japão prestará apoio ao Brasil em temas como a reforma dos organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU); o fim dos conflitos em curso e a temática ambiental, especialmente com o Brasil ocupando a presidência do Brics e da COP 30. O governo asiático demonstra preocupação com a emergência climática e espera poder avançar no tema durante a conferência climática. Negociadores japoneses veem com otimismo a gestão brasileira, mesmo com o desafio da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Um diplomata ouvido pela reportagem, com experiência em clima, diz que o medo de uma COP esvaziada é “infundado” e que o Brasil é capaz de avançar a agenda com outros atores que não o governo de Donald Trump, mesmo dentro dos Estados Unidos. Após a viagem ao Japão, Lula fará uma visita de Estado também ao Vietnã.

# Venda de carne é uma das metas

» RAPHAEL PAT  
» VICTOR CORREIA

Um dos principais objetivos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua visita de Estado ao Japão é destravar o mercado japonês para a exportação brasileira de carne bovina e suína in natura. Em termos práticos, o primeiro passo é viabilizar uma missão das autoridades sanitárias japonesas para inspecionar os frigoríficos exportadores. Porém, o Brasil enfrenta forte resistência por parte dos produtores japoneses e dos países que já vendem carne ao país asiático, principalmente os Estados Unidos e a Austrália. O Japão é o terceiro maior mercado para exportação de carne, com 700 mil toneladas compradas por ano. Apesar de ser o maior exportador, o Brasil não vende o produto para os japoneses.

“Hoje, há importadores de carne no Japão que têm muito interesse, porque o preço da carne, inclusive, nos EUA, aumenta muito e não tem perspectiva de aumento de produção. O Brasil é um fornecedor

confiável e que não compete com a produção japonesa. São produtos diferentes. A faixa de produção que o Brasil quer atingir é diferente do Wagyu (carne bovina japonesa de alta qualidade)”, comentou o secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Eduardo Saboia.

O Brasil busca o mercado japonês desde 2005, sem sucesso. Até recentemente, o país não cumpria as exigências sanitárias japonesas, mas esse entrave está superado. Em maio, a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) irá reconhecer o Brasil como livre da febre aftosa sem vacinação, durante a assembleia geral da organização. Para ser aprovado, o Brasil precisou comprovar que, em 12 meses com a vacinação suspensa, não apresentou casos da doença em todo o seu território.

Na última década, a exportação da carne bovina brasileira para o Japão sofreu ainda mais restrições, com a proibição de todas as exportações do produto para o país em 2012, devido à ocorrência de um surto de

encefalopatia espongiforme bovina (EEB), também conhecida como ‘doença da vaca louca’. A respeito desse episódio, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Roberto Perosa, acredita que as preocupações relacionadas a essa doença já foram superadas.

“Desde a imposição da proibição, o Brasil implementou diversas medidas para garantir a segurança de sua cadeia produtiva de carne, incluindo monitoramento intensificado e controles rigorosos. A percepção do consumidor japonês em relação à carne brasileira evoluiu com o tempo, especialmente devido às garantias fornecidas pelo governo brasileiro e pelas organizações de controle de qualidade”, destaca o presidente.

Ainda na visão do presidente da entidade que representa o setor, a missão ao Japão será uma oportunidade para reforçar a segurança e confiabilidade no Brasil na produção em larga escala e adoção de critérios sanitários rigorosos. “Além disso, fatores econômicos favorecem

essa abertura: o Japão enfrenta inflação, desvalorização do iene e dificuldades com seus principais fornecedores de carne bovina. Vamos demonstrar que a carne brasileira pode atender à demanda japonesa com qualidade, preços competitivos e sem afetar a produção local”, enfatiza Perosa.

Para o especialista e gerente de Comércio Internacional da BMJ Consultores Associados, Leandro Barcelos, a demanda crescente por carnes de alta qualidade no Japão pode ser bem suprida pela oferta brasileira, embora alguns fatores possam atrapalhar o processo. “A parcela de carne importada que pode vir do Brasil dependerá de vários fatores, incluindo a capacidade de suprimento do Brasil, a competitividade em termos de preço e qualidade, e a aceitação do consumidor japonês”, considera Barcelos, que lembra, ainda, que mais de 70% da carne importada pelo Japão atualmente provém dos Estados Unidos e da Austrália, principais concorrentes internacionais do Brasil.

## Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## A fábula do flautista

Com a antecipação precoce e temerária da campanha eleitoral de um processo a ser definido apenas em outubro de 2026, já se faz muito barulho por medidas imediatistas, destinadas a alçar popularidade de candidato com táticas curtoprazistas que lembram a história do flautista encantador do conto folclórico de quase mil anos atrás.

O que tem a ver com as necessidades de um país cujo crescimento se arrasta na rabeira dos rankings mundiais em praticamente tudo o que pode ser medido e comparável é a questão que deveria mover as intenções de quem se julga merecedor do voto e da confiança tanto do eleitor quanto dos que investem capitais e esforços para fazer das atividades produtivas o promotor do progresso. Longe disso.

A isenção do IR dos contribuintes com renda até R\$ 5 mil/mês e do corte da alíquota na faixa até R\$ 7 mil, conforme o projeto de lei enviado à deliberação do Congresso, tem a ver com justiça social, no sentido de cobrar menos de quem tem menos e mais de quem tenha maior renda. Isso faz sentido. Não o faz ignorar que se chegaria a igual resultado se as faixas da tabela progressiva do IR tivessem sido corrigidas anualmente. Por que não se fez?

Os governos federais petistas já somam 16 anos, tempo suficiente para ter enfrentado “injustiça histórica”, conforme a definição do ministro Fernando Haddad para a expansão da isenção do IR. Tanto, aliás, quanto para a questão social, objeto das transferências de renda via programas originalmente pensados para atender a parcela mais desvalida da sociedade de forma permanente, como os idosos que não contribuíram ao INSS, e temporária para todos os demais.

É o que se chamava, no lançamento do Bolsa Família, em 2003, com a fusão dos programas sociais do governo FHC (bolsa-escola, vale-gás etc.), e sua ampliação, de “portas de saída” por meio da formação profissional habilitante para a autonomia cidadã via emprego e modalidades de trabalho autônomo e do auto empreendimento.

Não há, portanto, na proposta da isenção do IR algo magnânimo do governante. Há, sim, o reconhecimento atrasado do que deveria ter sido feito regularmente. E tamanho é o atraso, que o certo (e era o que estava na agenda) a fazer era a reforma ampla do IR, com o corte do imposto corporativo, hoje absurdamente elevado vis-à-vis a tributação em países emergentes que puxam a fila do progresso.

## Estamos no caminho certo?

Anos eleitorais deveriam prestar-se à discussão dos rumos do país e propostas ou para fazer ou diferente ou para aprimorar o que tem sido feito. Isso está na própria legislação eleitoral, que obriga os partidos a registrarem seus programas no TSE e o divulgarem.

As referências não devem ser imediatas, já que os problemas e as soluções são cumulativos, ultrapassando anos e décadas. Estamos no caminho certo? A resposta está na comparação com o mundo e outros países e não apenas com os governos anteriores ao incumbente.

Aos dados. A fatia do PIB do Brasil sobre a do PIB mundial foi de 0,43% em 1822, segundo estudo do então jovem economista Cláudio Haddad (fundador do Insper), para 3,2% em 1980, ano em que China e Coreia do Sul estavam atrás do nosso parque produtivo.

## Avancemos

Nos últimos 10 anos, a partir de 2015, segundo os registros do FMI, o nosso PIB acumulou alta de meros 8%, mais de quatro vezes abaixo da média de crescimento global, de 35%. No topo do ranking das grandes economias, o PIB da Índia (que em 1980 era um país de miséria bíblica), no mesmo período, cresceu 77%; a China, 74%; a Turquia, pela ordem, 59%. Mais atrás, o PIB dos EUA, +28%.

Se tivéssemos mantido a mesma fatia do PIB global de 1980, nossa economia equivaleria à da Inglaterra e da França em tamanho, US\$ 3,7 trilhões, e não de US\$ 2,2 trilhões. A renda per capita seria próxima à de Portugal, US\$ 22.500, mais que o dobro da nossa, US\$ 10.300. Haveria dinheiro para todas as emendas parlamentares, os investimentos públicos seriam abundantes e não faltaria bem-estar.

## O autoengano e o populismo

O país avançou nestes 40 anos, mas o fez a passos hesitantes e a um ritmo muito abaixo das demais economias emergentes. O fator que as identifica, especialmente na Ásia, foi a ênfase total no ensino de qualidade, no apoio à inovação, não a qualquer tipo de demanda empresarial como aqui se faz, e à produção escalável.

Aqui, ao contrário, vimos apoiados em dois pilares: no autoengano de ajustes fiscais só cumpridos na retórica do ministro da Fazenda de plantão e em políticas sociais feitas com fins eleitorais. Sem o desenvolvimento bem formulado e monitorado, restam os resultados medíocres, com o PIB crescendo graças a aditivos fiscais sem os quais dependeríamos, basicamente, da exportação de commodities.

Onde apurar a dimensão de tais desajustes? Por exemplo, no quadro de contribuintes escalados para ter tributação maior e compensar o que deixar de ser arrecadado com a isenção do IR até R\$ 5 mil. São, pelos dados oficiais, somente 141 mil pessoas. Um grão de areia numa população de 212 milhões de habitantes. A realidade é feia assim?

Pelos dados oficiais, sim, o retrato é ruim, e pouco se faz para mudá-lo, o que só se obtém com produtividade e investimento, ainda assim com muito controle, visando áreas de fronteira, não o que as tecnologias estão tornando obsoletas.

Olhemos pelos aposentados do INSS: a grande maioria, 70% do total, recebe um salário mínimo (R\$ 1.518). Menos de 1% do total, 10,6 mil, recebe o teto (R\$ 8.157).

Vai-se entendendo por que as novas “marcas” de entregas buscadas pelo governo sensibilizam cada vez menos a massa do eleitorado — ela já está atendida de outra forma. Só a ascensão social por meio de ações de realização pessoal pode alavancar o seu bem-estar.

## Senso do que é obsoleto

A boa-nova é que uma visão mais ampla dos problemas nacionais tem encontrado ressonância junto a um punhado de líderes políticos que formulam a mais longo prazo. É relevante atentar, como fazem, que cresceu muito a população ao abrigo dos programas sociais, mas que também trabalha como prestadora de serviço sem nota nem carteira.

Passa ao largo da declaração formal de renda, recebendo pelo Pix, sem direitos sociais, mas sem os encargos da CLT. Quantos são? Número certo não há. Estimativas falam em milhões em São Paulo e no Rio. Quem dialogar com essa gente sai com vantagem. E nada que desconsiderar essa realidade fica de pé. A volta ao formal haverá quando cada um tiver identidade digital e toda a economia também for assim, digitalizada.

O senso de políticas e pessoas obsoletas está nesta compreensão.